

1. Informações gerais

A Concessionária Rio -Teresópolis S.A. - CRT ou Companhia - foi constituída em 7 de novembro de 1995. Suas atividades compreendem, exclusivamente, a exploração da infraestrutura e prestação de serviço público de recuperação, operação, manutenção, monitoração, conservação, implantação de melhorias e ampliação do Sistema Rodoviário. A concessão, para exploração da Rodovia BR-116/RJ, no trecho Além Paraíba-Entroncamento BR-040(A) e respectivos acessos, na extensão de 142,5 km, pelo prazo de 25 anos, teve início em 22/03/1996, com término em 22/03/2021, sendo remunerada mediante cobrança de tarifa de pedágio e outras fontes de receitas, de acordo com os termos definidos no contrato de concessão.

A CRT foi constituída sob a forma de “sociedade anônima”, cuja sede está localizada na Rodovia Santos Dumont (BR-116/RJ) S/Nº KM 133,5 – Praça de Pedágio Engenheiro Pierre Berman, Bongaba, Magé, RJ . A Companhia não possui ações negociadas em Bolsa de Valores. Seu principal controlador é Investimentos e Participações em Infraestrutura S/A – INVEPAR.

A autorização para conclusão da preparação destas demonstrações financeiras foi concedida pela Administração da Companhia em 05 de fevereiro de 2014.

2. Resumo das principais práticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas Demonstrações Financeiras estão definidas a seguir. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados.

2.1. Bases de preparação e apresentação das Demonstrações Financeiras

As Demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais incluem as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações e normas e procedimentos contábeis emitidos pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), em conjunto com a legislação específica emanada pela Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT.

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram baseadas em fatores objetivos, subjetivos e no julgamento da administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a seleção de vidas úteis do ativo imobilizado e de sua recuperabilidade nas operações, avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo e pelo método de ajuste a valor presente, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas e premissas pelo menos trimestralmente.

As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos ativos e passivos como instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo.

A Companhia adotou todas as normas, revisões de normas e interpretações emitidas pela CVM e CPC que estavam em vigor em 31 de dezembro de 2013.

As demonstrações financeiras estão sendo apresentadas em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma, inclusive nas notas explicativas.

2.2. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem caixa, contas bancárias e investimentos de curto prazo (três meses ou menos a contar da data de contratação) com liquidez imediata, em um montante conhecido de caixa e com baixo risco de variação no valor de mercado, que são mantidos com a finalidade de gerenciamento dos compromissos de curto prazo da Companhia. Esses investimentos são avaliados ao custo, acrescidos de juros até a data do balanço, e marcados a mercado sendo o ganho ou a perda registrado no resultado do período.

2.3. Aplicação financeira

A Concessionária classifica sua aplicação financeira sob a categoria de mensuração ao valor justo por meio de resultado. Representam títulos de valores mobiliários com propósito de ser frequentemente negociados. São contabilizados pelo custo acrescido dos rendimentos auferidos no período, ajustados ao valor de mercado e são classificados no ativo circulante. Os rendimentos, as valorizações e desvalorizações são reconhecidos no resultado do exercício.

2.4. Créditos a receber

Os créditos a receber correspondem aos valores a receber de clientes pela arrecadação de pedágio eletrônico, receitas alternativas, ou pela prestação de serviços no decurso normal das atividades da Concessionária. As receitas de pedágio eletrônico são administradas por terceiros (AVI), as quais são registradas pelo valor da tarifa correspondente à categoria do veículo. Existem operações da mesma natureza, porém, com empresa do mesmo grupo econômico. Os tratamentos de reconhecimento e mensuração não se diferem exceto pela divulgação que compõe classificação específica de créditos a receber com partes relacionadas. A Administração não considera duvidosa a recuperação dos créditos, razão pela qual não constituiu provisão para perdas.

2.5. Estoques

Os estoques são apresentados pelo custo. O custo é determinado pelo método custo médio de aquisição, não excedendo o seu valor de mercado. As provisões para estoques de baixa rotatividade ou obsoletos são constituídas quando consideradas necessárias pela Administração da Companhia.

2.6. Ativos intangíveis

(a) Infraestrutura

Os ativos intangíveis construídos em decorrência do contrato de concessão são registrados conforme Interpretação Técnica ICPC 01 – Contratos de Concessão.

O reconhecimento inicial, do ativo intangível é feito pelo custo de aquisição / construção, que contemplam ainda os custos de empréstimos, incluindo os juros incorridos provenientes dos empréstimos captados pela Companhia, que se qualifiquem como encargos financeiros da operação, necessários à formação de itens da infraestrutura, posteriormente, deduzidos da amortização acumulada e perdas do valor recuperável, quando aplicável. Os juros são capitalizados à medida que se qualifiquem como encargos financeiros da operação, necessários à formação da infraestrutura da concessão.

A amortização desses ativos intangíveis é reconhecida com base vida útil econômica estimada ou prazo de concessão, o que ocorrer primeiro e, quando são identificadas indicações de perda de seu valor recuperável, submetidos a teste para análise de perda no seu valor recuperável.

Intangível em formação corresponde aos custos incorridos e capitalizados que estão diretamente relacionados às atividades de construção da infraestrutura objeto da concessão das rodovias. Adicionalmente, os juros incorridos provenientes dos empréstimos captados pela Companhia são capitalizados à medida em que se qualifiquem como encargos financeiros da operação, necessários à formação da infraestrutura da concessão.

(b) Software

As licenças de software adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquiri-los e fazer com que estejam prontos para serem utilizados. Esses custos são amortizados durante sua vida útil estimável.

Os custos associados à manutenção de softwares são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. A companhia não opera com desenvolvimento de softwares.

Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa do ativo.

2.7. Imobilizado

O imobilizado é registrado ao custo de aquisição, formação ou construção e demonstrado deduzido das respectivas depreciações acumulada calculadas pelo método linear a taxas que levam em consideração a vida útil econômica desses bens.

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado, no exercício em que o ativo for baixado.

Os terrenos não são depreciados. A depreciação de outros ativos é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil estimada, como se segue:

	Anos
Equipamentos e instalações	10
Computadores e periféricos	5
Móveis e utensílios	10
Veículos	5
Máquinas e equipamentos	10
Prédios e benfeitorias	25

O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso.

2.8. Provisão para redução do valor recuperável de ativos não financeiros

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Até o momento, nenhuma evidência que indicasse que o valor

contábil líquido excede o valor recuperável foi identificada. Sendo assim, não se fez necessária a constituição de provisão adicional para recuperação de ativos.

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos, que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes.

2.9. Outros ativos e passivos

Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança.

Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-los e demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias incorridas até a data do balanço patrimonial. Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

2.10. Contas a pagar aos fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar, são apresentadas como passivo não circulante. Normalmente é reconhecida pelo valor da fatura correspondente a aquisição.

2.11. Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na Demonstração do Resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

Os empréstimos são classificados como passivo circulante, a menos que a Concessionária tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

2.12. Tributação

As receitas estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

Nome do tributo	Sigla	Alíquotas
Contribuição para o Programa de Integração Social	PIS	0,65 e 1,65%
Contribuição para o Financiamento da Seguridade	COFINS	3,00 e 7,60%
Imposto Sobre Serviço	ISS	5%

A Companhia adota o regime híbrido de apuração de PIS e COFINS sendo tais encargos apresentados como deduções de receita bruta na demonstração de resultado juntamente com o ISS.

a) Imposto de renda e contribuição social

A tributação sobre o lucro do período compreende o Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e a Contribuição Social Sobre Lucro Líquido (CSLL), abrangendo o imposto corrente e o diferido, que são calculados com base nos resultados tributáveis (lucro contábil ajustado), às alíquotas vigentes nas datas dos balanços, sendo elas: (i) Imposto de renda - calculado à alíquota de 25% sobre o lucro contábil ajustado (15% sobre o lucro tributável, acrescido do adicional de 10% para os lucros que excederem R\$ 240 no período de 12 meses); e (ii)

Contribuição social - calculada à alíquota de 9% sobre o lucro contábil ajustado. As inclusões ao lucro contábil de despesas temporariamente não dedutíveis ou exclusões de receitas temporariamente não tributáveis, consideradas para apuração do lucro tributável corrente, geram créditos ou débitos tributários diferidos.

b) Imposto de renda e contribuição social diferidos

Os impostos diferidos ativos e passivos das diferenças temporárias foram constituídos em conformidade com o Pronunciamento Técnico CPC 32, levando em consideração a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, e aos valores recuperáveis decorrentes das diferenças temporárias dedutíveis ao diferimento de créditos fiscais não utilizados fundamentados em estudo técnico de viabilidade, aprovado pela Administração.

O valor contábil dos impostos diferidos é revisado em cada data do balanço e poderá ser baixado na medida em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo tributário diferido venha a ser utilizado. Os Impostos diferidos ativos baixados são revisados a cada data do balanço trimestral e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributários futuros permitirão que os ativos tributários diferidos sejam recuperados. Os impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à taxa de imposto que é esperado ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço.

Impostos diferidos ativos e passivos serão apresentados líquidos se existe um direito legal ou contratual para compensar o ativo fiscal contra o passivo fiscal que os impostos diferidos são relacionados à mesma entidade tributada e sujeitos à mesma autoridade tributária.

As antecipações ou valores passíveis de compensação são demonstrados no ativo circulante ou não circulante, de acordo com a previsão de sua realização.

2.13. Benefícios a empregados

Participação nos lucros

A Concessionária reconhece um passivo e uma despesa de participação nos resultados com base em fórmula que leva em conta o lucro atribuível aos acionistas da Concessionária após certos ajustes.

2.14. Capital social

As ações ordinárias e as preferenciais são classificadas no patrimônio líquido. Os custos incrementais, quando aplicável, diretamente atribuíveis à emissão de novas ações são demonstrados no patrimônio líquido como uma dedução do valor captado, líquida de impostos.

2.15. Reconhecimento de receita

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando a mesma possa ser mensurada de forma confiável.

a) Receita de serviços

A receita de serviços é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos, sendo registrada no momento da prestação dos serviços.

b) Receita de juros

A receita de juros é reconhecida pelo método linear com base no tempo e na taxa de juros efetiva sobre o montante principal em aberto, sendo a taxa de juros efetiva aquela que desconta, exatamente, os recebimentos de caixa futuros estimados durante a vida estimada do instrumento financeiro em relação ao valor contábil líquido inicial deste ativo.

c) Receita de construção

Adicionalmente, considerando que a atividade da Companhia é alcançada pela ICPC 01, está sendo registrada receita de construção de acordo com os Pronunciamentos Técnicos CPC 17 – Contratos de Construção e CPC 30 – Receitas. Dessa forma, a Companhia contabiliza receitas e custos relativos à construção das infraestruturas utilizadas na prestação dos serviços, conforme destacado nas demonstrações de resultado. A Companhia entende que não há margem nas receitas de construção, uma vez que contrata de terceiros a totalidade das obras necessárias para o cumprimento de seus contratos e que o negócio da CRT é a operação e não a construção da infraestrutura de transportes.

2.16. Distribuição do dividendo

A distribuição de dividendo para os acionistas da Concessionária é reconhecida como um passivo nas Demonstrações Contábeis da Concessionária ao final do exercício, com base no estatuto social da mesma observada as antecipações. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas, em Assembleia Geral, mediante a recomendação/validação prévia do Conselho de Administração.

2.17. Lucro por ação

O lucro por ação é calculado com base no CPC 41. O cálculo do lucro básico por ação é efetuado através da divisão do lucro líquido do período, atribuído aos detentores de ações ordinárias e preferenciais da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais em circulação durante o mesmo período.

O lucro diluído por ação é calculado através do lucro líquido atribuído aos detentores de ações ordinárias e preferenciais da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais, respectivamente, que seriam emitidas na conversão de todas as ações ordinárias e preferenciais potenciais dilutivas em suas respectivas ações. Adicionalmente, a Companhia não possui instrumentos que poderiam diluir o lucro por ação.

Não houve outras transações envolvendo ações ou potenciais ações entre a data do balanço patrimonial e a data da conclusão destas demonstrações financeiras.

2.18. Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de longo prazo são ajustados pelo seu valor presente, e os de curto prazo, somente quando o efeito é considerado relevante em relação às informações anuais tomadas em conjunto.

O ajuste ao valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Dessa forma, os juros embutidos nas receitas, despesas e custos associados a esses ativos e passivos são descontados com o intuito de reconhecê-los em conformidade com o regime de competência. Posteriormente, esses juros são realocados nas linhas de despesas e receitas financeiras no resultado por meio da utilização do método da taxa efetiva de juros em relação aos fluxos de caixa contratuais.

3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

a) Julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras da Companhia requer que a administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data base das demonstrações financeiras. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros.

b) Estimativas e premissas

As estimativas e premissas contábeis são continuamente avaliadas e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

b.1) Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento para os próximos cinco anos e não incluem atividades de reorganização com as quais a Companhia ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como aos recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação.

b.2) Impostos

Existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e época de resultados tributáveis futuros. A Companhia, quando aplicável, constitui provisões, com base em estimativas cabíveis, para possíveis consequências de auditorias por parte das autoridades fiscais. O valor dessas provisões baseia-se em vários fatores, como experiência de auditorias fiscais anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem surgir numa ampla variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes.

Julgamento significativo da administração é requerido para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuras.

b.3) Valor justo de instrumentos financeiros

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido de mercados ativos, é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. Os dados para esses métodos se baseiam naqueles praticados no mercado, quando possível, contudo, quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados, como por exemplo: risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores poderiam afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros.

b.4) Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Companhia reconhece provisão para causas cíveis, fiscais e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais, e os montantes não cobertos pelas Apólices de Seguro, quando aplicável.

b.5) Provisão para manutenção

A Companhia provisionou, quando aplicável, os gastos com manutenção pelo desgaste derivado do uso da infraestrutura, com base na melhor estimativa para liquidar a obrigação presente na data do balanço, em contrapartida de despesa do período para manutenção.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido às imprecisões inerentes ao processo de sua

determinação. A Companhia revisa suas estimativas e premissas pelo menos trimestralmente.

3.1 Demonstrações dos fluxos de caixa e do valor adicionado

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão sendo apresentada de acordo com o pronunciamento CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa.

As demonstrações do valor adicionado foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com o pronunciamento CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado.

3.2 Instrumentos financeiros

A Companhia participa em operações envolvendo instrumentos financeiros, incluindo caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber, contas a pagar a fornecedores e empréstimos, com o objetivo de administrar a disponibilidade financeira de suas operações.

a) Reconhecimento inicial e mensuração

Os principais instrumentos financeiros da Companhia são representados pelo caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, créditos a receber, contas a pagar, debêntures, empréstimos e financiamentos. Os instrumentos são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo acrescido dos custos diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão, exceto os instrumentos financeiros classificados na categoria de instrumentos avaliados ao valor justo por meio do resultado, para os quais os custos são registrados no resultado do exercício.

b) Mensuração subsequente

A mensuração dos ativos e passivos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma:

Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado: incluem ativos financeiros mantidos para negociação e ativos financeiros designados no reconhecimento inicial a valor justo por meio do resultado.

A Companhia avaliou seus ativos financeiros a valor justo por meio do resultado. Quando a Companhia não estiver em condições de negociar esses ativos financeiros em decorrência de mercados inativos, e a intenção da Administração em vendê-los no futuro próximo sofrer mudanças significativas, a Companhia pode optar em reclassificar esses ativos financeiros em determinadas circunstâncias. A reclassificação para empréstimos e créditos a receber, disponíveis para venda ou mantidos até o vencimento, depende da natureza do ativo. Essa avaliação não afeta quaisquer ativos financeiros designados a valor justo por meio do resultado utilizando a opção de valor justo no momento da apresentação.

Passivos financeiros a valor justo por meio do resultado: incluem passivos financeiros para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento a valor justo por meio do resultado.

Passivos financeiros são classificados como mantidos para negociação quando forem adquiridos com o objetivo de venda no curto prazo. A Companhia não possui passivos desta natureza.

A Companhia não apresentou nenhum passivo financeiro a valor justo por meio de resultado.

Empréstimos e financiamentos: após reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos.

3.3 Custos de empréstimos

Custos de empréstimos diretamente relacionados à aquisição, construção ou produção de um ativo que requer um tempo significativo para ser concluído para fins de uso são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo. Todos os demais custos de empréstimos são registrados em despesa no período em que são incorridos. Custos de empréstimo compreendem juros e outros custos incorridos por uma entidade relativos ao empréstimo.

3.4 Contratos de concessão - ICPC 01

A Companhia contabiliza a execução do contrato de concessão conforme a Interpretação Técnica ICPC 01 – Contratos de Concessão emitida pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que especificam as condições a serem atendidas em conjunto para que as concessões públicas estejam inseridas em seu alcance. A infraestrutura dentro do alcance da ICPC 01 não é registrada como ativo imobilizado das concessionárias porque o contrato de concessão não transfere ao concessionário o direito de controle do uso da infraestrutura de serviços públicos. É prevista apenas a cessão de posse desses bens para prestação de serviços públicos, sendo eles revertidos ao poder concedente ao término do contrato de concessão. O concessionário tem acesso apenas para operar a infraestrutura para prestação dos serviços públicos em nome do poder concedente nos termos do contrato de concessão, atuando como prestador de serviço durante determinado prazo. O concessionário reconhece um intangível à medida que recebe autorização (direito) de cobrar dos usuários do serviço público e não possui direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro do poder concedente.

A amortização do direito de exploração da infraestrutura é reconhecida no resultado do exercício de acordo com o prazo do respectivo contrato de concessão.

3.5 Informações por segmento

A Companhia concentra suas atividades na exploração dos serviços previstos no contrato de concessão. A Companhia foi constituída com um propósito específico (SPE), possui uma única concessão e está organizada em uma única unidade de negócio.

3.6 Novos Pronunciamentos Contábeis

Pronunciamentos Técnicos revisados pelo CPC em 2013

Não existem normas e interpretações emitidas e ainda não adotadas que possam, na opinião da Administração, ter impacto significativo no resultado ou no patrimônio divulgado pela Companhia.

3.7 Gestão de risco financeiro

a) Risco do fluxo de caixa ou valor justo associado com taxa de juros

Considerando que a Concessionária não tem ativos significativos em que incidam juros, o resultado e os fluxos de caixa operacionais da Concessionária são, substancialmente, independentes das mudanças nas taxas de juros do mercado. O risco de taxa de juros da Concessionária decorre de empréstimos de longo prazo. A política da companhia é a de manter o fluxo de empréstimos associado à taxa de juros fixa.

b) Risco de crédito

O risco de crédito é administrado corporativamente. O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, depósitos em bancos e instituições financeiras. Para bancos e instituições financeiras, são aceitos somente títulos de entidades independentemente classificadas com “rating” mínimo “A(bra)”. Os limites de riscos individuais são determinados com base em classificações internas ou externas de acordo com os limites determinados pelo Conselho de Administração. A utilização de limites de crédito é monitorada regularmente.

Não foi ultrapassado nenhum limite de crédito durante o exercício, e a administração não espera nenhuma perda decorrente de inadimplência dessas contrapartes.

c) Risco de liquidez

A previsão de fluxo de caixa é realizada pela área financeira da Companhia. Este departamento monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Concessionária para assegurar que ele tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais. Também mantém espaço livre suficiente em suas linhas de crédito compromissadas disponíveis a qualquer momento, a fim de que a Companhia não quebre os limites ou cláusulas do empréstimo, em qualquer uma de suas linhas de crédito. Essa previsão leva em consideração os planos de financiamento da dívida da Companhia, cumprimento de cláusulas, cumprimento das metas internas do quociente do Balanço Patrimonial.

A Concessionária investe o excesso de caixa em depósitos de curto prazo e títulos, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez suficiente para fornecer margem conforme determinado pelas previsões acima mencionadas. Na data do relatório, a Companhia mantinha fundos de curto prazo de R\$ 11.595 (R\$ 5.692 em 2012) que se espera gerar prontamente entradas de caixa para administrar o risco de liquidez.

A tabela abaixo analisa os passivos financeiros não derivativos da Concessionária por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no Balanço Patrimonial até a data contratual do vencimento. Os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratados.

	<u>Menos de um ano</u>	<u>Entre um e dois anos</u>	<u>Entre dois e cinco anos</u>	<u>Acima de cinco anos</u>
Em 31 de dezembro de 2013				
Fornecedores e outras contas a pagar	1.865	-	-	-
Garantias financeiras	-	-	-	-
Em 31 de dezembro de 2012				
Fornecedores e outras contas a pagar	2.006	-	-	-
Garantias financeiras	-	-	-	-
Em 31 de dezembro de 2011				
Fornecedores e outras contas a pagar	5.091	-	-	-
Garantias financeiras	-	-	-	-
	<u>Menos de um ano</u>	<u>Entre um e dois anos</u>	<u>Entre dois e cinco anos</u>	<u>Acima de cinco anos</u>
Em 31 de dezembro de 2013				
Empréstimos	10.571	13.489	47.442	-
Garantias financeiras	242	-	-	-
Em 31 de dezembro de 2012				
Empréstimos	9.075	9.884	29.606	-
Garantias financeiras	264	-	-	-
Em 31 de dezembro de 2011				
Empréstimos	6.322	15.033	22.523	-
Garantias financeiras	335	-	-	-

Do montante de R\$ 47.442 divulgado na Nota de Empréstimos de 2013, na coluna "Entre dois e cinco anos", a Companhia pretende amortizar, aproximadamente R\$ 2.591 no primeiro trimestre de 2014.

3.7.1 Instrumentos financeiros e análise de sensibilidade dos ativos e passivos financeiros

(a) Considerações gerais

Os valores de realização estimados de ativos e passivos financeiros da Companhia foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliação. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa do valor de realização mais adequada. Como consequência, as estimativas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente. O uso de diferentes metodologias de mercado pode ter um efeito material nos valores de realização estimados.

A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais, visando liquidez, segurança e rentabilidade. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas contratadas versus as vigentes no mercado bem como na avaliação da situação econômico financeira das instituições envolvidas. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco.

Os valores constantes nas contas do ativo e passivo, como instrumentos financeiros, encontram-se atualizados na forma contratada até 31 de dezembro de 2013 e correspondem, aproximadamente, ao seu valor de mercado. Esses valores estão representados substancialmente por disponibilidades e valores equivalentes, empréstimos e financiamentos, e obrigações com Poder Concedente. Os valores registrados se equivalem aos valores de mercado.

Devido à alta liquidez e/ou curto prazo para amortização, o valor de mercado das disponibilidades, contas a receber, fornecedores e debêntures equivalem ao valor contábil.

(b) Análise de sensibilidade à variação da taxa de CDI

Operação	Cenário provável	Cenário A 25%	Cenário B 50%
Aplicação financeira	6.887	6.887	6.887
Taxa anual estimada do CDI	9,78%	12,23%	14,67%
Efeito anual no caixa líquido	674	842	1.010

A companhia mantém parte substancial dos equivalentes a caixa indexada à variação do CDI.

(c) Análise de sensibilidade à variação da taxa de juros

(c.1) BNDES I

Operação	Risco	Cenário Provável	Cenário A 25%	Cenário B 50%
Passivos financeiros				
Empréstimos e financiamentos				
BNDES Sub-Crédito A	TJLP+1,8%	17.296	17.662	18.029
BNDES Sub-Crédito B	TJLP+2,8%	7.538	7.695	7.853
BNDES Sub-Crédito C	TJLP+1,8%	8.793	9.061	9.329
BNDES Sub-Crédito D	TJLP+2,8%	3.860	3.975	4.090
Referência para passivos financeiros TJLP (% ao ano)		5,00%	6,25%	7,50%

(c.2) BNDES II

Operação	Risco	Cenário provável	Cenário A 25%	Cenário B 50%
Passivos financeiros				
Empréstimos e financiamentos				
BNDES Automático				
BNDES Sub-Crédito A	TJLP+5,30%	5.788	5.908	6.028
Referência para passivos financeiros TJLP (% ao ano)		5,00%	6,25%	7,50%
BNDES Sub-Crédito B	UMBNDDES+4,30%	1.573	1.590	1.606
BNDES Sub-Crédito C	UMBNDDES+4,30%	3.535	3.721	3.797
Referência para passivos financeiros UMBNDDES (% ao ano)		2,43%	3,04%	3,65%

(c.3) BNDES III

Operação	Risco	Cenário provável	Cenário A 25%	Cenário B 50%
Passivos financeiros				
Empréstimos e financiamentos				
BNDES Sub-Crédito A	TJLP + 1,80%	26.177	27.128	28.080
BNDES Sub-Crédito B	TJLP + 2,89%	11.574	11.982	12.390
Referência para passivos financeiros TJLP (% ao ano)		5,00%	6,25%	7,50%

(d) Taxas de câmbio

A companhia não possui operações de câmbio.

(e) Derivativos

No período encerrado em 31 de dezembro de 2013, a Companhia não operou com instrumentos financeiros derivativos.

(f) Gestão de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade para oferecer retorno aos acionistas e debenturistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

Para manter ou ajustar a estrutura do capital, a Companhia pode rever, momentaneamente, a política de pagamento de dividendos e remuneração de debenturistas. A Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos e financiamentos (incluindo empréstimos de curto e longo prazo, conforme demonstrado no balanço patrimonial), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial, com a dívida líquida. Em 2013, a Companhia revisou a estratégia em relação à de 2012, flexibilizando o índice de alavancagem financeira entre 0,20 e 1,00. Os índices de alavancagem

financeira em, 31 de dezembro de 2013 e, em 31 de dezembro de 2012 podem ser assim sumariados:

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Debêntures (Nota 13)	7.668	7.668
Total dos empréstimos (Nota 14)	71.502	48.565
Menos: caixa e equivalente de caixa (Nota 5)	<u>(12.042)</u>	<u>(6.115)</u>
Dívida líquida	67.128	50.118
Total do patrimônio líquido	<u>131.549</u>	<u>109.272</u>
Total do capital	<u>198.677</u>	<u>159.390</u>
Índice de alavancagem financeira	<u>0,34</u>	<u>0,32</u>

A Companhia obteve e mantém o rating em “AA(bra)” atribuído pela classificadora de riscos “Fitch Ratings”.

4. Contrato de concessão

A Companhia detém contrato de concessão para exploração de serviços públicos delegados a terceiros e, como tal, estas atividades são submetidas à contabilização conforme o ICPC 01. A Concessionária Rio Teresópolis - CRT detém o direito de exploração, sob forma de concessão não onerosa de serviço precedido de obra pública, pelo prazo de 25 anos, não admitida sua prorrogação, salvo nas hipóteses previstas no contrato de concessão, para exploração da Rodovia BR-116/RJ, tendo início no entroncamento com a rodovia BR-40/RJ até Além Paraíba, mediante cobrança de pedágio, conforme contrato assinado em 22 de novembro de 1995 com a União, por intermédio do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem (DNER), atual Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT).

A CRT mantém Convênio Especial de Cooperação Técnica com a ANTT para a realização de serviços, estudos e pesquisas concernentes às diversas áreas da engenharia rodoviária, como também para troca de experiências e informações técnicas com os organismos nacionais e internacionais, em congressos, reuniões técnicas, cursos e desenvolvimento de trabalhos conjuntos. O convênio destina 0,25% da receita prevista no contrato de concessão, sendo anual a sua utilização.

A tarifa básica de pedágio está sujeita aos termos do Contrato de Concessão, sendo reajustada anualmente mediante utilização de fórmula própria, constante do

referido contrato, podendo ser revisado em outro momento, de modo a assegurar o equilíbrio econômico-financeiro do contrato.

A CRT, até a presente data, tem realizado os investimentos e trabalhos constantes do Contrato de Concessão e do Programa de Exploração da Rodovia (PER) dentro do cronograma físico-financeiro estabelecido pelo DNER, atual ANTT, não prevendo mudanças nesse aspecto.

No Programa de Exploração da Rodovia - PER, estão previstos investimentos no montante de R\$ 179.439, como segue (dados em milhares de reais):

	2014	2015	2016	2017 a 2021	Total
Investimentos – PER	60.974	54.032	19.374	45.059	179.439

Em 27 de agosto de 2012 foi assinado quarto aditivo ao contrato de concessão, com a adoção do fluxo de caixa marginal para as novas obras (não previstas no PER), além da adoção do IPCA em substituição à fórmula paramétrica, originariamente prevista no contrato de concessão.

5. Caixa e equivalentes de caixa

	2013	2012
<u>Caixa e Bancos:</u>	6.204	2.476
<u>Aplicações Financeiras de curto prazo:</u>		
Banco Votorantim S.A.	2.268	3.635
Caixa Econômica Federal	3.570	4
	<u>5.838</u>	<u>3.639</u>
Total	<u>12.042</u>	<u>6.115</u>

As aplicações financeiras em CDB/DI de alta liquidez, com insignificante risco de mudança de valor e com prazo de vencimento de até três meses da data da contratação, com rendimentos médios de 100% do CDI. O valor aplicado, acrescido dos rendimentos se equipara ao seu valor de mercado.

6. Aplicações financeiras

	2013	2012
Fundo de investimento	1.049	-
Total	1.049	-

Os ativos financeiros se referem a aplicações financeiras em fundos de investimento não exclusivo administrados pela Caixa Econômica Federal. Os ganhos e perdas decorrentes dessa aplicação são reconhecidos no resultado do exercício de acordo com sua incidência.

7. Créditos a receber

	2013	2012
Titulos a receber	1	-
Vale Pedágio	1.007	1.196
Pedágio Eletrônico	7.939	7.888
Total	8.947	9.084

A Companhia desde o ano 2009, vem operando com o sistema de cobrança eletrônica de pedágio Via fácil e em 2011, com o sistema de vale pedágio DBTRANS , sendo os valores recebíveis em até 45 e 30, dias respectivamente, subsequentes ao mês de registro da passagem pelo usuário. Os títulos a receber tem vencimento no décimo dia subsequente à prestação de serviços realizada. Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, os saldos dos créditos a receber estão representados por valores a vencer e não há provisão para devedores duvidosos em virtude de não existir expectativa e/ou histórico de perdas significativas com estes créditos.

8. Créditos a receber de partes relacionadas

	2013	2012
PEX - Passe Expresso	808	-
Total	808	-

As operações realizadas com partes relacionadas referem-se à prestação de serviços entre a PEX – Passe Expresso, controlada pela INVEPAR, e a Concessionária, regulada através de contrato entre as partes, cuja aderência ocorreu no terceiro trimestre de 2013, mediante implantação de sistema de cobrança eletrônica de pedágio. Os valores relativos a essa operação são recebíveis em até 30 dias, subsequentes ao mês do registro da passagem pelo usuário. Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, o saldo de partes relacionadas estão representados por valores a vencer e não há provisão para devedores duvidosos em virtude de não existir expectativa e/ou histórico de perdas significativas com estes créditos.

9. Estoques

	2013	2012
Almoxarifado	506	231
Outros estoques	133	91
Total	639	322

Os estoques representam aquisições destinadas ao uso e consumo de materiais administrativos e os aplicados na manutenção da rodovia.

10. Impostos, taxas e contribuições

a) Impostos a recuperar

	2013	2012
Imposto de Renda e Contribuição Social	94	94
PIS e COFINS	325	321
Circulante	419	415

b) Impostos, taxas e contribuições a recolher

	2013	2012
Imposto de Renda e Contribuição Social	8.993	9.242
PIS e COFINS	665	631
ISS	1.130	1.070
ICMS	47	17
IRRF	24	13
Circulante	10.859	10.973

c) Impostos de renda e contribuição social diferidos ativos e passivos

A Companhia, de acordo com o CPC 32 - Impostos sobre o lucro – e fundamentadas na expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, determinadas em estudo técnico aprovado pela Administração, reconhecem, quando aplicável, créditos tributários. O valor contábil do ativo e passivo fiscal diferido é revisado periodicamente e as projeções são revisadas pelo menos anualmente. Quando existem fatos relevantes que venham a modificar as premissas de tais projeções, as mesmas são revisadas em períodos menores.

Os fundamentos dos ativos e passivos fiscais diferidos estão apresentados a seguir:

	2013			2012
	IRPJ	CSLL	Total	Total
Ativo				
IR e CS diferidos s/ Prov. Custo Manutenção	531	191	722	834
IR e CS diferidos s/ Prov. Contingências	950	249	1.199	1.063
Ativo não circulante	1.481	440	1.921	1.897
Passivo				
IR e CS diferidos Receita Financeiras	1.074	386	1.460	1.519
IR e CS diferidos Amortização Intangível	1.815	654	2.469	2.008
Passivo não circulante	2.889	1.040	3.929	3.527
Passivo Líquido	1.408	600	2.008	1.630

As projeções de realizações dos impostos diferidos são as seguintes:

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Ativo diferido		
Ativo diferido a ser recuperado em até 12 meses	1.296	1.161
Ativo diferido a ser recuperado após 12 meses	625	736
	<u>1.921</u>	<u>1.897</u>
Passivo diferido		
Passivo diferido a ser liquidado em até 12 meses	1.023	545
Passivo diferido a ser liquidado após 12 meses	2.906	2.982
	<u>3.929</u>	<u>3.527</u>
Imposto diferido (líquido)	<u>2.008</u>	<u>1.630</u>

d) Imposto de renda e contribuição social no resultado do exercício

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais do imposto de renda e contribuição social é demonstrada como segue:

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Lucro antes da tributação	76.887	74.870
Imposto de renda e Contribuição social sobre o lucro líquido (34%)	26.142	25.456
Ajustes para demonstração da taxa efetiva		
adições e exclusões temporárias	378	1.339
adições e exclusões permanentes	254	(1.372)
ajuste IRPJ e CSLL exercícios anteriores	(405)	(95)
Incentivos fiscais	(272)	(428)
Outros	(24)	(24)
Imposto de renda e contribuição social no resultado - corrente	26.073	24.876
Imposto de renda e contribuição social no resultado - diferidos	378	1.615
Total Imposto de renda e contribuição social no resultado	26.451	26.491
Taxa efetiva	34,40%	35,38%

e) Considerações sobre MP 627

No dia 11 de novembro de 2013 foi publicada a Medida Provisória n 627 que revoga o Regime Tributário de Transição (RTT) e traz outras providências, dentre elas: (i) alterações no Decreto-Lei n 1.598/77 que trata do imposto de renda das pessoas jurídicas, bem como altera a legislação pertinente à contribuição social sobre o lucro líquido; (ii) estabelece que a modificação ou a adoção de métodos e critérios contábeis, por meio de atos administrativos emitidos com base em competência atribuída em lei comercial, que sejam posteriores à publicação desta MP, não terá implicação na apuração dos tributos federais até que a lei tributária regule a matéria; (iii) inclui tratamento específico sobre potencial tributação de lucros ou dividendos; (iv) inclui disposições sobre o cálculo de juros sobre capital próprio; e inclui considerações sobre investimentos avaliados pelo método de equivalência patrimonial.

As disposições previstas na MP têm vigência a partir de 2015. A sua adoção antecipada para 2014 pode eliminar potenciais efeitos tributários, especialmente relacionados com pagamento de dividendos e juros sobre capital próprio, efetivamente pagos até a data da publicação desta MP, bem como resultados de equivalência patrimonial. A Companhia elaborou estudo dos possíveis efeitos que poderiam advir da aplicação dessa nova norma e concluiu que a sua adoção antecipada, ou não, resultaria em ajustes não relevantes nas demonstrações financeiras. A Administração aguarda a evolução e tratativas das emendas ao texto da referida Medida Provisória para que possa decidir sobre sua adoção antecipada dentro dos prazos estabelecidos pela referida norma tributária.

11. Imobilizado

	Equipamentos e Instalações	Computadores e Periféricos	Móveis e Utensílios	Veículos	Outros Imobilizado	Total
Em 31 de dezembro de 2012						
Saldo inicial	549	114	144	255	523	1.585
Aquisições	219	79	116	9	1.870	2.293
Transferências	812	-	-	-	(812)	-
Baixas	(3)	-	-	-	(4)	(7)
Depreciação	(163)	(102)	(25)	(108)	(28)	(426)
Transferências	-	-	-	-	-	-
Baixas	-	-	-	-	-	-
Saldo contábil líquido	1.414	91	235	156	1.549	3.445
Em 31 de dezembro de 2012						
Custo	2.785	706	390	537	1.708	6.126
Depreciação acumulada	(1.371)	(615)	(155)	(381)	(159)	(2.681)
Saldo contábil líquido	1.414	91	235	156	1.549	3.445
Em 31 de dezembro de 2013						
Saldo inicial	1.414	91	235	156	1.549	3.445
Aquisições	266	91	79	441	1.410	2.287
Transferências	896	19	-	-	(915)	-
Baixas	(12)	(10)	(7)	(449)	-	(478)
Depreciação	(304)	(78)	(33)	(46)	(90)	(551)
Transferências	-	-	-	-	-	-
Baixas	6	4	2	277	-	289
Saldo contábil líquido	2.266	117	276	379	1.954	4.992
Em 31 de dezembro de 2013						
Custo	3.935	806	462	529	2.203	7.935
Depreciação acumulada	(1.669)	(689)	(186)	(150)	(249)	(2.943)
Saldo contábil líquido	2.266	117	276	379	1.954	4.992

De acordo com o CPC01, “Redução ao Valor Recuperável de Ativos”, os itens do ativo imobilizado, que apresentam sinais de que seus custos registrados são superiores aos seus valores de recuperação, são revisados anualmente para determinar a necessidade de provisão para redução do saldo contábil a seu valor de realização. Não foi identificada a necessidade de provisão para redução do saldo contábil ao seu valor de realização em 31 de dezembro de 2013 e 31 de dezembro de 2012.

12. Intangível

	Infraestrutura				Marcas e Patentes	Software	Total
	Recuperação	Operação	Melhoramentos	Outros			
Em 1º de janeiro de 2012							
Custo	105.156	14.699	112.939	34.998	53	260	268.105
Amortização acumulada	(56.806)	(12.389)	(54.943)	(151)	(17)	(197)	(124.503)
Saldo contábil líquido	48.350	2.310	57.996	34.847	36	63	143.602
Exercício findo em 31 de dezembro de 2012							
Saldo inicial	48.350	2.310	57.996	34.847	36	63	143.602
Aquisições	26	36	2.021	40.385	-	106	42.574
Transferências	16.387	2.106	23.912	(42.405)	-	-	-
Baixas	-	(252)	-	-	-	-	(252)
Amortização	(5.339)	(476)	(7.180)	(394)	(10)	(30)	(13.429)
Transferências	(115)	(1)	(429)	545	-	-	-
Baixas	-	252	-	-	-	-	252
Saldo contábil líquido	59.309	3.975	76.320	32.978	26	139	172.747
Em 31 de dezembro de 2012							
Custo	121.569	16.589	138.872	32.978	53	366	310.427
Amortização acumulada	(62.260)	(12.614)	(62.552)	-	(27)	(227)	(137.680)
Saldo contábil líquido	59.309	3.975	76.320	32.978	26	139	172.747
Exercício findo em 31 de dezembro de 2013							
Saldo inicial	59.309	3.975	76.320	32.978	26	139	172.747
Aquisições	136	939	117	43.729	-	72	44.993
Transferências	8.129	7.405	15.877	(31.436)	-	25	-
Baixas	-	(1.013)	(1)	-	-	-	(1.014)
Amortização	(7.612)	(731)	(9.509)	-	(11)	(44)	(17.907)
Transferências	-	-	-	-	-	-	-
Baixas	-	1.002	-	-	-	-	1.002
Saldo contábil líquido	59.962	11.577	82.804	45.271	15	192	199.821
Em 31 de dezembro de 2013							
Custo	129.834	23.920	154.865	45.271	53	463	354.406
Amortização acumulada	(69.872)	(12.343)	(72.061)	-	(38)	(271)	(154.585)
Saldo contábil líquido	59.962	11.577	82.804	45.271	15	192	199.821

De acordo com o CPC 01(R1), “Redução ao Valor Recuperável de Ativos”, os itens do Intangível, que apresentam sinais de que seus custos registrados são superiores aos seus valores de recuperação, são revisados para determinar a necessidade de provisão para redução do saldo contábil a seu valor de realização. A Administração efetuou análise anual do correspondente desempenho operacional e financeiro de seus ativos. Em 31 de dezembro de 2013 e 2012 não foram identificadas evidências de ativos corpóreos ou intangíveis com custos registrados superiores a seus valores de recuperação.

Durante o exercício de 2013, a Companhia capitalizou encargos financeiros incorridos sobre financiamento da aquisição do direito de exploração no montante de R\$ 346.

13. Fornecedores e outras obrigações

	2013	2012
Fornecedores		
Fornecedores Nacionais	1.388	1.391
	1.388	1.391
Outras obrigações		
Comissões sobre fianças	242	264
Verba de fiscalização	253	239
Adiantamento de clientes	393	338
Danos à rodovia a executar	-	2.980
Outras	208	377
	1.096	4.198
Outras contas a pagar		
Cauções e retenções contratuais	1.649	1.986
Outras	16	-
	1.665	1.986
Dividendos	6	4
Total de outras obrigações	2.767	6.188
Total	4.155	7.579

14. Empréstimos e financiamentos

	2013		2012	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
BNDES	10.571	60.931	9.075	39.490

O empréstimo trata de Contrato de Financiamento destinado à melhoria da Rodovia BR-116, trecho Além Paraíba – Teresópolis – Entroncamento BR-040, no período de 2008 a 2012. A totalidade do crédito concedido está dividida em: sub crédito A – R\$ 27.752, B – R\$ 11.894, C – R\$ 8.542 e D – R\$ 3.661 totalmente levantados.

Sobre os sub créditos A e C incidem juros de 1,8% ao ano acima da Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP), divulgada pelo Banco Central do Brasil. Sobre os sub créditos B e D incidem juros de 1,8% ao ano acima da Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP), divulgada pelo Banco Central do Brasil, acrescida de 1% ao ano. Os sub créditos A e C foram utilizados até 31 de dezembro de 2010, e amortizáveis a partir de 15 de fevereiro de 2011. Os sub créditos B e D foram utilizados até 31 de maio de 2012, com carência até 15 de janeiro de 2013 e amortizáveis a partir de 15 de fevereiro de 2013, cujos encargos financeiros foram devidamente registrados no passivo.

A companhia deu como garantia carta de fiança emitida pelo Bradesco S.A. com vencimento em 22 de agosto de 2013, substituída por novas cartas de fianças, cujos vencimentos ocorrerão em 27 de fevereiro de 2014 e 10 de abril de 2014.

A companhia firmou contrato de abertura de crédito fixo, modalidade, Produto BNDES automático, tendo como agente financeiro o Banco ABC Brasil S.A. A destinação dos recursos está sendo aplicada na realização das obras da Rodovia BR 116, na Construção de um posto de pesagem - Balança Fixa, Km 131 e no trecho II B – Ampliação da capacidade de subida da Serra compreendido entre os Km 97,46 e Km 99,02.

A totalidade do crédito está dividida em: sub créditos A – R\$ 5.439, B – R\$ 1.360, C – R\$ 2.720 – totalmente liberados, cujos encargos financeiros foram registrados no passivo.

Sobre o sub crédito A, incidirão juros de 4,3% ao ano acima da Taxa de Juros de Longo Prazo – TJLP, divulgada pelo Banco Central do Brasil, acrescida de 1,0% ao ano.

Sobre os sub créditos B e C, incidirão juros de 4,3% ao ano acima da Taxa Variável reajustada trimestralmente, com base no custo médio ponderado de todas as taxas e despesas incorridas pelo BNDES na captação de recursos em moeda estrangeira, sem vinculação a repasse em condições específicas, no trimestre civil imediatamente anterior ao mês de reajuste da referida taxa de juros.

Os investimentos financiados foram finalizados em dezembro de 2012, e a última “tranche” ocorreu em fevereiro de 2013, já que as liberações são realizadas pelo sistema de “reembolso”.

A amortização do financiamento iniciou-se em 15 de julho de 2013 e será finalizada em 15 de setembro de 2017.

A companhia deu como garantia Nota Promissória emitida pelo Banco ABC Brasil S.A com vencimento à vista e prazo de apresentação para pagamento de até 08 (oito) anos contados da data de sua emissão em 20/08/2012.

A companhia firmou novo contrato de financiamento mediante abertura de crédito com o BNDES, destinado à realização de obras de ampliação, modernização e recuperação estrutural da Rodovia BR-116, trecho Além Paraíba – Teresópolis – Entroncamento BR-040, relativas ao período de 2012 a 2014, com destaque para construção da terceira faixa da Serra de Teresópolis, dividido nos seguintes sub créditos: Sub crédito A – R\$ 36.913, dos quais R\$ 21.000 foram levantados até a presente data e Sub crédito B – R\$ 15.820 – dos quais R\$ 9.000 foram levantados até a presente data.

Sobre o sub crédito A incidirão juros de 1,89% ao ano, acima da Taxa de Juros de Longo Prazo – TJLP, divulgada pelo Banco Central do Brasil. Sobre o sub crédito B incidirão juros de 1,89% ao ano, acima da Taxa de Juros de Longo Prazo – TJLP, divulgada pelo Banco Central do Brasil, acrescida de 1% ao ano. Os sub créditos serão utilizados até março de 2015, e amortizáveis a partir de 17 de agosto de 2015, até 15 de julho de 2019, cujos encargos financeiros foram devidamente registrados no passivo.

O presente contrato considerou as seguintes garantias: cessão fiduciária de créditos, criação de conta reserva no valor correspondente a 3 (três) PMT's e penhor de 15,37%, das ações da Concessionária em poder dos seguintes intervenientes: Investimentos e Participações em Infraestrutura S/A – INVEPAR, CCNE Carioca Concessões S/A, STRATA Construções e Concessionárias Integradas S/A e Queiroz Galvão Participações e Concessões S/A.

Esse contrato de empréstimo firmado em dezembro de 2013 está sujeito a cláusulas restritivas. As principais resumidas são:

- Não conceder mútuos a qualquer acionista, sem prévia e expressa autorização do BNDES;
- Não apresentar sem prévia e expressa autorização do BNDES saldo devedor que represente mais de 15% da receita bruta da companhia. Ficam excluídos do cômputo a que se refere esta cláusula os valores referentes à contratação de financiamentos cuja finalidade seja exclusivamente a aquisição de equipamentos para operação da beneficiária; o saldo devedor referente ao crédito decorrente desse contrato; à contratação de financiamento junto ao BNDES e ao BNDES Automático; à emissão de debêntures.
- Durante a vigência do contrato, não realizar distribuição de dividendos acima do mínimo obrigatório, quando a relação entre Patrimônio Líquido e Passivo Total for inferior a 20% ou índice de cobertura do serviço da dívida (ICSD) for inferior a 1,3.
- IV – Requerer prévia e expressa anuência do BNDES para alteração no seu quadro acionário vigente a data de assinatura do presente contrato que implique no ingresso de novo acionista com participação igual ou superior a 20% do capital social da beneficiária.

Os demais contratos e financiamentos da companhia não estão sujeitos a cláusulas restritivas (“covenants”).

Em 31 de dezembro de 2013, todos os “covenants” foram atendidos.

As parcelas relativas ao principal dos financiamentos no passivo não circulante apresentam os seguintes vencimentos:

	2013	2012
BNDES		
2015	13.491	(*) 19.768
2016	17.866	9.884
2017	14.727	6.866
2018	9.377	1.877
2019	5.470	1.095
Total Longo Prazo	60.931	39.490

(*) inclui R\$ 9.884 referente ao ano de 2014.

15. Salários, provisões e contribuições

	2013	2012
Provisões Trabalhistas	1.291	1.136
Encargos Trabalhistas	698	489
Imposto de Renda Retido na Fonte	69	61
Participação no Resultado	1.534	1.591
Benefícios	19	13
Outros	293	188
Circulante	3.904	3.478

16. Obrigações legais decorrentes de processos judiciais

A Companhia constitui provisão em face de perdas prováveis decorrentes de ações trabalhistas e tributárias. As ações de natureza cível estão cobertas por apólice de seguro. A Administração, portanto, não acredita, na ocorrência de perdas significativas não cobertas pelo seguro.

Composição e movimentação do saldo

	Saldo Inicial 31.12.2012	Adições	Baixas	Saldo Final 31.12.2013
Trabalhistas	1.415	-	(73)	1.342
Cíveis	928	552	(76)	1.404
Fiscais	20	20	(20)	20
Valor Provisionado	2.363	572	(169)	2.766

a) Processos cíveis

Os principais litígios cíveis envolvendo a Companhia referem-se, basicamente, aos seguintes aspectos:

- (i) Indenização por danos materiais e morais resultantes de acidentes ocorridos na rodovia

Ações de indenização ajuizadas por usuários da rodovia, em função de danos materiais e morais causados por acidentes, inclusive com vítimas fatais. Apesar de o atual estágio processual ser de difícil previsibilidade acerca dos valores envolvidos, a Companhia mantém sistemática de avaliação das contingências envolvidas. Cabe ressaltar que a Companhia, além de constituir provisão, possui seguro de Responsabilidade Civil e Danos Morais para cobertura de tais eventos.

- (ii) Ação cível pública nulidade do contrato

Anulação do Contrato de Concessão, por meio de Ações populares, sob alegação de ilegalidades e de que o lucro obtido pela Companhia com a exploração da Concessão não estaria sendo acompanhado de melhorias na Rodovia.

- (iii) Ações de desapropriação

Ações de desapropriação junto com o Poder Concedente de áreas declaradas de utilidade pública, visando à construção de instalações, tal como a de um Posto de Pesagem Fixa, no valor aproximado de R\$ 400.

A maioria das áreas está situada nos municípios de Teresópolis e Magé.

b) Processos trabalhistas

A maioria das causas é oriunda de contratos de subempreiteiras, cujo desfecho tem sido favorável à CRT, penalizando apenas o real empregador.

c) Processos fiscais

Os processos são oriundos do município de Teresópolis, na importância de R\$ 20, que estão sendo contestados, razão pela qual foi constituída provisão de igual valor.

Adicionalmente, com base na avaliação de seus consultores jurídicos, a Companhia possui o montante de aproximadamente, R\$ 10.019 em 2013 (R\$ 5.804 em 2012) referente a processos cíveis, trabalhistas e fiscais, cujos riscos de perda foram considerados possíveis, os quais, não considerados para fins de provisão. Entretanto, a companhia demonstra a evolução destes processos regularmente.

17. Provisão para manutenção

A Companhia constitui provisão para grandes manutenções, quando aplicável, conforme determinado pelo ICPC 01 e com base no CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes. Tal provisão tem o objetivo de mensurar adequadamente o passivo com a melhor estimativa do gasto necessário para liquidar a obrigação presente na data do balanço.

A composição dos saldos da provisão para manutenção em 31 de dezembro de 2013 e 31 de dezembro de 2012 são:

	2013		2012	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Provisão para manutenção	285	1.839	320	2.134

18. Debêntures

As Assembleias Gerais Extraordinárias da Companhia realizadas em 27 de agosto de 2001, 05 de novembro de 2001 e 05 de dezembro de 2001 deliberaram pela 1ª

emissão pública de debêntures da Companhia, tendo tal emissão sido aprovada pela CVM em 26/12/2001 com as seguintes características, resumidas:

Forma e espécie:	Escriturais, nominativas, em conta de depósito em nome de seus titulares, não tendo garantias pessoais, reais ou flutuantes, e serão subordinadas aos demais credores da Companhia.
Quantidade de títulos:	23.100 debêntures simples, referentes à 1ª emissão.
Valor da emissão (em R\$):	A presente emissão tem o valor total, valor nominal e prêmio de emissão, de R\$ 62.963, na data de emissão.
Valor nominal (em R\$):	As debêntures têm valor nominal unitário de R\$ 560,55, na data de emissão, perfazendo o valor nominal total de R\$ 12.949.
Data de emissão:	31 de dezembro de 2001.
Vencimento final:	Somente vencerão quando da dissolução ou liquidação da Emissora, por qualquer razão, conforme facultado pelo art. 55, §3º, da Lei nº 6.404/76, ressalvado o disposto no item 1.20.
Prêmio de emissão (em R\$):	As debêntures foram emitidas com prêmio unitário de R\$ 2,1653 na data de emissão, perfazendo o total de R\$ 50.014.
Conversibilidade:	As debêntures poderão ser convertidas em ações preferenciais classe A da Companhia, nos termos e condições constantes da escritura e no prospecto de Emissão.

Cada debênture terá direito a participação nos lucros da Companhia, a ser paga sob as mesmas condições e até a data do efetivo pagamento de qualquer dividendo, bonificação em dinheiro ou qualquer outra vantagem pecuniária que

venha a ser atribuída aos seus acionistas, inclusive a título de juros sobre capital próprio, resgate ou amortização de ações.

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 30 de dezembro de 2005, decidiu-se, após aprovação em Assembleia Geral dos Debenturistas, alterar o fator de conversibilidade das debêntures para 4,1225 ações preferenciais por debênture e o fator de remuneração para 4,1180175 por debênture.

Levando em consideração as cláusulas constantes da escritura de emissão de debêntures foi feita a avaliação por meio do valor justo, da opção de conversão definida na referida escritura, com base na melhor estimativa decorrente do modelo econômico utilizado para esta avaliação e demais variáveis previstas na escritura das debêntures na data de encerramento das demonstrações financeiras. A Administração concluiu ser nulo o valor justo das opções, em função que a conversão das debêntures em ações não se mostra ideal. Em razão das premissas utilizadas para estes cálculos poderem variar ao longo do tempo a estimativa do valor justo, poderá variar comparativamente aos valores reais no futuro.

Colocação das debêntures

Do total ofertado, foram colocadas junto a investidores 13.680 (treze mil seiscentos e oitenta) debêntures, que vêm fazendo jus ao recebimento da participação nos resultados, prevista na Escritura de Emissão. As demais debêntures não vendidas foram canceladas no término do prazo de colocação.

As condições completas da Escritura de Debêntures, e seus aditivos estão disponíveis no site da companhia para consulta dos investidores no endereço www.crt.com.br.

19. Patrimônio líquido

a) Capital social

O capital social é de R\$ 63.320, dividido em 48.786 ações ordinárias e 37.680 ações preferenciais classe A, sem direito a voto, totalizando 86.466 ações, todas nominativas e sem valor nominal.

Em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 29 de abril de 2013, foi deliberado o aumento de R\$ 8.920 no capital social autorizado da Companhia, passando a ser de R\$ 63.320, mediante utilização de Reserva Lucros e Reserva de Capital. A composição acionária da Companhia está assim constituída:

	2013						2012	
	ON	%	PN	%	Total	%	Total	%
Investimentos e Participações em Infra-Estrutura S/A - INVEPAR	17.992	36,88	3.546	9,41	21.538	24,91	21.538	24,91
CCNE Carioca Concessões S/A	10.262	21,03	8.202	21,77	18.464	21,35	18.464	21,35
STRATA Construções e Concessionárias Integradas S/A	8.567	17,57	5.800	15,39	14.367	16,62	14.367	16,62
Queiroz Galvão Participações - Concessões S/A	10.262	21,03	—	—	10.262	11,87	10.262	11,87
Construtora Queiroz Galvão S/A	—	—	8.201	21,76	8.201	9,48	8.201	9,48
CRT - Fundo de Investimento em Participações	—	—	9.524	25,28	9.524	11,02	9.524	11,02
M.&G. Consultoria e Participações	—	—	711	1,89	711	0,82	711	0,82
CREDICOM Comercial Inf. e Serviços Ltda.	625	1,28	588	1,56	1.213	1,40	1.213	1,40
ERG Participações Ltda.	1.070	2,19	1.102	2,92	2.172	2,51	2.172	2,51
Conselheiros	8	0,02	6	0,02	14	0,02	14	0,02
Total	48.786	100	37.680	100	86.466	100	86.466	100

b) Dividendo

É assegurado aos acionistas da Companhia dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido ajustado na forma legal.

Segundo o estatuto social, a Companhia levantará balanço trimestral e balanço semestral e poderá, por deliberação do Conselho de Administração, declarar a distribuição de dividendo com base nos lucros apurados nesses balanços, observado o disposto em Lei.

Consta também no estatuto social que o dividendo intermediário será sempre considerado como antecipação do dividendo obrigatório.

O dividendo mínimo obrigatório foi calculado como se segue:

	2013	2012
Lucro líquido do exercício	50.436	48.379
Reserva legal	(2.522)	(2.419)
Base de cálculo	47.914	45.960
Percentual do dividendo	25%	25%
Valor do dividendo obrigatório (pago)	11.979	11.490
Dividendo adicional pago	10.368	7.898
Dividendo adicional proposto	1.334	-
Total de dividendos	23.681	19.388

c) Reservas

c.1) Reserva de ágio

Referente a ágio apurado na emissão de ações.

c.2) Reserva para aumento de capital

Constituída com o fim específico de manter a paridade de 20% entre os investimentos realizados e o capital social, conforme consta no contrato de concessão, tendo sido constituída até 31 de dezembro de 2013 R\$ 4.240 (R\$ 4.205 em 2012).

c.3) Reserva legal

Constituída à razão de 5% sobre o lucro líquido do exercício e limitado a 20% do capital social integralizado da Companhia, tendo sido constituída até 31 de dezembro de 2013 R\$ 2.522 (R\$ 2.419 em 2012).

c.4) Reserva de restituição de capital (estatutária)

Constituída à razão de 1% sobre o lucro líquido do exercício, deduzida a Reserva Legal, tendo sido constituída até 31 de dezembro de 2013 R\$ 479 (R\$ 460 em 2012). É limitada a 20% do capital social subscrito. Essa reserva somente poderá ser utilizada para a restituição de capital aos acionistas nos casos de extinção da concessão.

c.5) Reserva para investimentos (estatutária)

Constituída à razão de 5% sobre o lucro líquido do exercício, deduzida a Reserva Legal, tendo sido constituída até 31 de dezembro de 2013 R\$ 2.395 (R\$ 2.298 em 2012). É limitada a 80% do capital social, com a finalidade de financiar as atividades da Companhia.

c.6) Reserva de retenção de lucros

Constituída para cobrir o orçamento de capital, previsto no Contrato de Concessão (PER), aprovado pelo Conselho de Administração e em conformidade com a Legislação Societária. O valor constituído até 31 de dezembro de 2013 corresponde a R\$ 17.119 (R\$ 19.609 em 2012).

20. Receitas

	2013	2012
Receita de pedágio	190.281	177.571
Receita extraordinária	465	478
Receita de construção	43.683*	40.537*
Tributos incidentes sobre as receitas	(16.526)	(15.429)
Receita líquida	<u>217.903</u>	<u>203.157</u>

* Reconhecimento realizado em atendimento a Interpretação Técnica ICPC01 – Contrato de Construção, assim como Custo de Construção de igual valor também reconhecido no resultado do exercício.

21. Custos

	2013	2012
Custos associados às Receitas de Pedágio		
Manutenção e conservação		
Pessoal, encargos e benefícios	2.427	2.563
Prestadores de serviço	7.538	6.489
Material, equipamento e veículos	771	1.223
Gastos gerais	898	967
Gastos com aluguéis	158	156
Depreciação e amortização	17.852	13.390
	<u>29.644</u>	<u>24.788</u>
Custo de operação		
Pessoal, encargos e benefícios	8.054	6.332
Prestadores de serviço	6.926	6.002
Material, equipamento e veículos	2.086	1.874
Gastos gerais	592	636
Custos contratuais de concessão	7.968	9.116
	<u>25.626</u>	<u>23.960</u>
Custo de monitoração		
Prestadores de serviço	743	852
Material, equipamento e veículos	34	9
	<u>777</u>	<u>861</u>
Custo de projetos especiais		
Prestadores de serviço	190	160
Material, equipamento e veículos	340	286
	<u>530</u>	<u>446</u>
Total de custos associados a receita de pedágio	<u>56.577</u>	<u>50.055</u>
Custos associados às Receitas de Construção		
Custo de construção	43.683	40.537
Total	<u>100.260</u>	<u>90.592</u>

22. Despesas administrativas

	2013	2012
Salários, encargos e benefícios	6.640	5.678
Serviços de terceiros	2.775	2.142
Desp. de materiais, equipamentos e veículos	1.223	1.058
Despesas gerais	6.768	5.487
Despesas de remuneração de dirigentes	1.167	1.097
Total	18.573	15.462

23. Receitas e despesas, financeiras

	2013	2012
Despesas financeiras:		
Despesas de financiamento	(3.124)	(2.613)
Despesas bancárias	(654)	(595)
Outros	(592)	(40)
	(4.370)	(3.248)
Receitas financeiras:		
Rendimentos de aplicações	539	393
Fundos de investimento	31	-
Variação monetária ativa	37	134
Descontos obtidos	107	45
	714	572
Remuneração de Debenturistas	(16.263)	(17.308)
Total	(19.919)	(19.984)

24. Remuneração dos Administradores e PLR dos Empregados

a) Participação dos Empregados no Lucro (PLR)

Além da participação dos debenturistas, prevista na Escritura de Emissão de Debêntures, a Companhia, tradicionalmente, atribui a seus empregados remuneração anual baseada na Lei 10.101/2000 (Participação de Empregados nos Lucros e Resultados (PLR), em valor e metodologia aprovados pelo Conselho de Administração e pelo Sindicato da categoria, apresentados no artigo 31, letra “h”, do Estatuto da Companhia, bem como a seus dirigentes. Do montante provisionado, a título de participação nos resultados em 31 de dezembro de 2013, totalizando R\$ 17.963 (R\$ 19.056 em 2012), foram atribuídos aos debenturistas

R\$ 16.263 (R\$ 17.308 em 2012) e aos empregados e diretores, R\$ 1.700 (R\$ 1.748 em 2012).

b) Remuneração e Participação dos Administradores

De acordo com a Lei das Sociedades por Ações e com o Estatuto Social da Companhia, é de responsabilidade dos acionistas fixarem, em Assembleia Geral, o montante global da remuneração anual dos administradores. Cabe ao Conselho de Administração efetuar a distribuição da verba entre os administradores.

Em Assembleia Geral Ordinária realizada em 29 de abril de 2013, foi proposto o limite de remuneração global anual dos administradores em até R\$ 2.800.

Com relação à remuneração (excluindo-se demais despesas) a composição é a seguinte:

	2013			2012		
	Diretores	Conselheiros	Total	Diretores	Conselheiros	Total
Composição						
Pró-labore	1.079	88	1.167	991	106	1.097
Bônus variáveis (i)	614		614	670		670
Outros	50		50	35		35
Total	1.743	88	1.831	1.696	106	1.802

(i) Valor provisionado, sujeito a alteração quando do pagamento.

25. Resultado por ação

Em atendimento ao CPC 41, a companhia apresenta a seguir as informações sobre o resultado por ação para os períodos findos em 31 de dezembro de 2013 e de 2012.

O cálculo básico do lucro por ação é feito através da divisão do lucro líquido do exercício, atribuído aos detentores de ações ordinárias e preferenciais da controladora, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais disponíveis durante o exercício.

O Capital Social, totalmente subscrito e integralizado é dividido em 48.786 ações ordinárias e 37.680 ações preferenciais classe A, totalizando 86.466 (oitenta e

seis mil, quatrocentos e oitenta e seis) ações, todas nominativas e sem valor nominal.

As ações preferenciais farão jus à percepção de dividendos 10% (dez por cento) maiores do que aqueles pagos às ações ordinárias

Os quadros abaixo apresentam os dados de resultado e ações utilizados no cálculo dos lucros básico e diluído por ação:

	2013			2012		
	Ordinárias	Preferenciais	Total	Ordinárias	Preferenciais	Total
Numerador básico						
Lucro líquido atribuível aos acionistas ordinários e preferenciais	27.269	23.167	50.436	26.157	22.222	48.379
Denominador básico e diluído						
Média ponderada de ações em circulação	48.786	37.680	86.466	48.786	37.680	86.466
Lucro Básico e Diluído por ação (R\$)	558,95	614,84	583,30	536,16	589,77	559,51

Não houve outras transações envolvendo ações ou potenciais ações entre a data do balanço patrimonial e a data de conclusão destas demonstrações financeiras. A companhia não possui instrumentos diluidores e para o período de doze meses findo em 31 de dezembro de 2013 e 2012, não há diferença entre o cálculo do lucro básico e diluído por ação.

26. Coberturas de seguros

A Companhia possui cobertura de seguros referente ao complexo rodoviário integrante do programa da Agencia Nacional de Transportes Terrestres – antigo DNER - compreendendo a totalidade da Rodovia BR 116-RJ, no trecho entre Além Paraíba e Teresópolis – Entroncamento da BR-040 (A), cujos limites máximos de cobertura eram o seguinte em 31 de dezembro de 2013:

Modalidade	Limite Máximo de Indenização	Vigência	Seguradora
Responsabilidade Civil	7.000	12.08.13 à 12.08.14	Aig
Risco Engenharia	45.707	31.07.12 à 31.12.14	Itaú/Liberty
Riscos Operacionais	45.000	11.07.13 à 11.07.14	Argo
Garantia	15.600	22.11.13 à 22.11.14	Fator
Adm. e Diretores	20.000	15.02.13 à 15.02.14	Chartis
Multirisco Empresarial	4.200	11.07.13 à 11.07.14	Argo

O item “riscos operacionais” é decomposto pelos eventos: desmoronamento; desentulho; gastos adicionais – fluxo de veículos; danos elétricos; vendaval; tumultos, greves e *lock-out*; impacto de veículos terrestres e queda de aeronaves; equipamentos eletrônicos (excluídos roubo e/ou furto); quebra de máquinas; despesas extraordinárias; roubo e/ou furto de bens (incluído equipamento eletrônico). Para cada um desses itens, há limites máximos de cobertura e franquia específica.

Os Riscos de Engenharia são contratados a cada obra e sua vigência é durante a execução desta.